equipe médica decide fazer a interrupção da gravidez, nem essa mãe, nem a equipe médica terão punição penal.

No caso do estupro, o médico que pratica essa interrupção também não vai ter punição penal. Por decisão do Supremo, em caso de anencefalia comprovada por dois profissionais de saúde, havendo a interrupção, também não haverá punição penal.

“Mas, Janaina, tem vida; mas, Janaina, nós entendemos que não deve ser assim.” É um direito. Eu também não sou favorável. Eu sou defensora, inclusive, do programa de entrega legal, onde essa mulher que sofreu uma violência sexual e engravidou vai ser esclarecida sobre a possibilidade de levar a gravidez até o final e entregar o seu bebê para adoção.

No caso da mãe que está correndo risco, eu acho que ela tem que ser ouvida, porque na doutrina prevalece o entendimento de que o médico pode fazer a interrupção apesar de a mãe não querer.

Então, eu não sou defensora de que a gravidez seja interrompida nesses casos, mas não acho produtivo que a gente tente mudar a lei nesses casos, porque o que acontece? Quando nós tentamos ou quando aqueles grupos que assim defendem apresentam projetos de lei, fazem protestos para mudar a lei nesses casos, vem uma reação do outro grupo.

Então, assim, eu respeito todos os posicionamentos, os que querem legalizar - obviamente divirjo 100% - e os que querem criminalizar todo tipo de interrupção. Eu respeito.

Não concordo, mas a verdade é uma só: não é inteligente radicalizar o discurso pró-criminalização do aborto, porque temos uma reação contrária forte e a verdade é uma só: muito embora a população seja majoritariamente contrária a qualquer pensamento de legalizar o aborto, os formadores de opinião são praticamente uníssonos, querendo legalizar.

Então, o legislador, o responsável pela política pública, ele também precisa entender a oportunidade de um determinado debate. Não sei se estou sendo clara.

Eu apresentei nesta Casa um projeto de lei à luz do que o Ministério da Saúde vem defendendo, no sentido de que, por exemplo, a mulher foi estuprada, foi ao hospital e fez a interrupção da gravidez.

Esse material decorrente da interrupção, os restos - é horrível falar isso, mas não tenho outra forma, tenho que falar o nome -, os restos fetais, se for um estupro próximo, o esperma que, em regra, é colhido no corpo da vítima, esse material, estou defendendo que ele seja necessariamente mandado para pericia para poder compor o banco de DNA, para a gente poder identificar esse agressor.

Por que estou defendendo isso? Porque sobretudo naqueles estupros que acontecem no ambiente familiar ou das pessoas conhecidas, a mulher é estuprada, não raras vezes é adolescente, vai, tira, volta, é estuprada, vai, tira...

O agressor fica em uma situação confortável. Então, estou defendendo firmemente que nós investiguemos todos os estupros, mas tem que tomar cuidado para não confundir isso com a exigência de fazer um inquérito, de fazer um processo para a mulher poder fazer o procedimento ou confundir a investigação do estupro com um potencial processo-crime contra esta mulher que já foi vítima de um estupro.

Então eu peço ponderação nesse debate para que nós não tenhamos o efeito contrário, porque eu não sei se foi uma distorção da imprensa; eu não sei se em algum momento na cartilha ficou ali registrado, mas estão falando sim em investigar as mulheres.

Eu não acho isso justo. Eu trabalho há muito tempo com violência; é muito difícil. Já acompanhei situações da mulher estuprada estar numa delegacia e as pessoas comentando sobre o que aconteceu com ela. Então a gente tem que cuidar para não expor essas pessoas mais.

Nós queremos sim que esses procedimentos sejam notificados para que o crime sexual seja investigado, e isso tem que ficar claro para todas as partes, porque se ainda houver pessoas que querem colocar essa mulher no banco dos réus, a gente não vai caminhar na proteção da vida.

Nós vamos ter uma reação forte e aí perdemos os bons passos que demos, as conquistas que fizemos até aqui. Não sei se ficou claro, mas essa é uma pauta da minha vida. Eu estou à disposição para a gente debater.

No Supremo, sofri uma situação difícil porque eu era chmada de mulher machista por quem queria legalizar e de abortista por quem achava que tem que punir todas as formas, que tem que mudar o Código Penal. E eu tento, na verdade, ter um olhar justo, ter um olhar moderado, defender a vida sem desmerecer o sofrimento dessas mulheres.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos, quero chamar novamente à tribuna o deputado Douglas Garcia. O deputado Douglas Garcia tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento. Queria pedir à deputada Janaina se pudesse assumir aqui por uns minutos, porque na sequência estaremos...

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente Tenente Nascimento. Quero aqui também continuar a respeito desse debate com a deputada Janaina Paschoal, que é uma deputada que eu respeito muito aqui na Assembleia Legislativa; esteve presente no Supremo Tribunal Federal defendendo a vida e a luta contra o aborto.

Entretanto, neste tema especificamente no que ela citou com relação à parte de investigação, vale ressaltar que essa portaria, essa cartilha que foi dada pelo Ministério da Saúde é bastante específica quando diz, por exemplo, na página 19.

Nesse passo, têm-se os avanços trazidos pela Lei nº 13.718, de 2018, que altera o decreto de dezembro de 1940 - que é o Código Penal -, bem como pela portaria que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

E diz o seguinte, que aqui é muito importante, no Art. 7º: Em razão da lei tal que alterou o artigo tal, etc., etc., para tornar pública e incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável...

Novamente: para tornar pública e incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, o médico e os demais profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde que acolherem a paciente dos casos em que houver indícios ou confirmação do crime de estupro, deverão observar as seguintes medidas: I - Comunicar o fato à autoridade policial responsável; II - Preservar possíveis evidências materiais do crime de estupro a serem entregues imediatamente à autoridade policial ou aos peritos oficiais, tais como fragmentos de embrião ou feto com vistas à realização de confrontos genéticos que poderão levar à identificação do respectivo autor do crime, nos termos da lei.

Senhores, o que está acontecendo hoje em muitos locais, e como aqui eu citei, no Hospital Pérola Byington, além da não entrega do boletim de ocorrência, não existe uma exigência por parte dos profissionais de saúde que fazem o atendimento dos casos de violência sexual em notificar a autoridade policial ou o Ministério Público, ou a qualquer outra instituição que faz o trabalho investigativo. Não há.

Eles não são orientados a isso, e é extremamente o contrário do que diz a lei. Não é apenas esta Assembleia Legislativa, é o Congresso Nacional, é o que diz a nossa lei. Está aqui, olha, posso até repetir para vocês, “nos casos, para tornar pública, incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais”.

O médico e demais profissionais de saúde devem comunicar o fato à autoridade policial responsável. Não é isso que está acontecendo no Hospital Pérola Byington, por exemplo.

As mulheres estão sendo atendidas, e devem ser atendidas, os crimes sexuais devem ser investigados, como diz a lei.

Os procedimentos de aborto estão, infelizmente, prosseguindo dentro do Hospital Pérola Byington, mas não há uma investigação, porque simplesmente não é entregue um boletim de ocorrência, ou o profissional de saúde que faz o atendimento não notifica a autoridade policial.

Eu sei disso porque eu conversei com a direção do Hospital Pérola Byington, com os administradores do Hospital Pérola Byington. Como nós podemos aferir e como nós podemos administrar esse tipo de coisa? Nós estamos aqui trabalhando para salvar as duas vidas. Nós estamos aqui trabalhando para combater o aborto de todas as formas possíveis.

Mas o que nós não podemos permitir é que um instrumento legal seja banalizado dessa forma. As palavras importam, sim. Elas importam, principalmente quando se trata da tentativa de instrumentalizar um instrumento legal, para fazer esse tipo de atrocidade.

Na época do governo do PT, eles utilizaram as instituições das formas mais vis possíveis para a promoção da cultura da morte, para a promoção do aborto.

Acredito eu que a população brasileira elegeu um governo conservador justamente para lutar contra essas pautas, justamente para fazer com que as instituições se levantem contra essas pautas.

Não interessa a forma com que é abordado; quando se trata de acabar com uma pauta que faz mal à população brasileira, uma pauta ideologicamente de esquerda, obviamente eles irão reagir, obviamente eles irão se contrapor.

Por exemplo, hoje nós vimos aí a Rede Globo, o G1, diversos jornais aí se levantando, falando contra este edital, contra essa cartilha, que foi editada por parte do Ministério da Saúde. Eu não esperava outra reação por parte de quem promove a cultura da morte.

Para concluir, Sr. Presidente. Eu irei bater quantas vezes forem necessárias e irei radicalizar o discurso quantas vezes forem necessárias, porque eu acredito que a defesa da vida é intransigente e nós precisamos defendê-la até o fim.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Convido a deputada Janaina para assumir os trabalhos, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assumo honrosamente a Presidência dos trabalhos imediatamente chamando à tribuna o Exmo. Sr. Deputado Tenente Nascimento, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhoras e senhores, Rede Alesp, vocês, que estão nos assistindo, assomo mais uma vez à tribuna de uma maneira mais calma um pouco, porém não menos indignado, e aí atônito com os últimos acontecimentos que nós tivemos ao povo da Nigéria.

Eu quero dizer a vocês que eu venho falando, já subi nessa tribuna algumas vezes, alguns outros colegas, que nós estamos tendo, sim, uma crescente perseguição ao povo cristão, no geral.

Então muitas vezes nós falamos: “Ah, mas não é conosco, é lá na Nigéria”, “Ah, mas não é conosco, é lá em Curimbatá, no Mato Grosso”, “Ah, não é conosco, é lá no Paraná”, “Ah, não é conosco”.

Veja bem, quando nós tivemos o início da Segunda Guerra Mundial, invasão da Polônia: “Ah, invasão da Polônia não tem problema, é a Polônia”. “É invasão da França, invasão da África, mas não é conosco”. Quando se deram conta, o que aconteceu? Estava instalada a Segunda Guerra Mundial, e tivemos o extermínio de mais de seis milhões de judeus.

Eu estou chamando a atenção dos senhores, pastores, lideranças, todos vocês, que devemos estar atentos ao que está acontecendo com a perseguição do povo cristão.

Eu quero que apresente um vídeo aí, que nós apresentamos, para verificar o que está acontecendo, está acontecendo perto de nós também.

- É exibido o vídeo.

Então, vejamos bem, senhoras e senhores que estão nos assistindo, que estão vendo aqui através deste plenário, através da Rede Alesp: a minha solidariedade ao povo nigeriano aonde 50 fiéis que perderam a vida. Aí nós podemos dizer: “Mas é lá”.

Deixe-me dizer a vocês: eu vou ler aqui, chamando atenção, o que tem acontecido. Nós tivemos as atrocidades que estão ocorrendo com o povo cristão. Extremistas de esquerda invadiram igrejas católicas, em Santiago do Chile, no início da pandemia, em 2020.

Este ano um vereador de esquerda invadiu uma igreja católica em Curitiba, interrompeu uma missa fazendo manifestação com um bando e constrangendo os fiéis. O ano passado também foi marcado por vandalismo contra as igrejas e estátuas cristãs na Europa.

Foram atos injustificáveis motivados pelo ódio contra os cristãos. Tivemos também, no ano passado, dois pastores, Arthur e também Tim Stephens, que foram presos no Canadá por realizarem um culto ao ar livre.

Caso semelhante ocorreu aqui no Brasil, na cidade de Coroatá, no Maranhão, em que uma juíza mandou prender dois cristãos, o pastor Nathanael e a missionária Rosinha, porque estavam realizando o culto ao ar livre próximo a uma autoridade, uma determinada juíza.

Vale lembrar também que durante a pandemia lutamos muito para manter nossas igrejas abertas, pois governantes usaram a pandemia para fechar as nossas igrejas. Nesta Casa, derrubamos o veto e foi promulgada a Lei nº 17.434, juntamente com a Frente Parlamentar Evangélica, que reconhece igrejas como serviço essencial durante a pandemia e em qualquer outro tempo, porque, volto a falar, a maior aliada contra a pandemia é a Igreja, é o povo cristão.

Atuamos também, junto ao Senado, para a retirada do Art. 4º do Projeto de lei nº 1179/20. O texto proíbia cultos presenciais mesmo após a pandemia. Foi derrubado, graças a Deus; mais uma vitória do povo cristão. Todos esses relatos aqui apresentados refletem o nosso alerta ao povo de Deus, no geral.

Quero mais uns minutos, Sra. Presidente.

Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Sim, deputado. Já siga numa comunicação.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Sigo na comunicação. Obrigado, presidente. Quero mostrar para vocês, no telão - não sei se é possível apresentar agora - uma publicação da revista “Veja” em que o teólogo Rodolfo Capler alertou para o crescimento da intolerância religiosa e discriminação da fé cristã pós-pandemia.

Então, o que está acontecendo: eu tenho recebido, Sra. Presidente, senhores, no meu gabinete, relatos da perseguição religiosa. Recebi, recentemente, um áudio de uma criança de 13 anos de uma escola aqui em São Paulo - está dentro da nossa Casa já, de uma escola aqui em São Paulo - em que essa criança, com 13 anos, faz o seguinte pronunciamento: “Depois que eles descobriram ou falaram, por ser cristão, começaram a me perseguir e até ameaças de violência”.

O que acontece? Eu fui verificar. Já mandei verificar, já requeri à escola e à secretaria, à Delegacia Regional, que realmente me dessem essas informações e verificassem o que, de fato, está acontecendo.

Então, é muito grave. Então, eu quero conclamar vocês, eu quero conclamar todos, todas as autoridades religiosas e autoridades governamentais, porque a Igreja está, sim, sofrendo perseguição religiosa.

Estamos atentos e nós, enquanto tivermos vozes, enquanto nós tivermos força, nós estaremos aqui, neste plenário, estaremos aqui falando que a Igreja não será calada. Nós não vamos nos calar, vamos continuar falando, vamos continuar na nossa fé em Cristo, Jesus, que é o salvador da humanidade, e pedindo a todos: estejam atentos. Se tiverem alguma denúncia, alguma coisa acontecendo, tragam para cá, tragam para o nosso gabinete para que possamos, sim, coibir e a Igreja conseguir seguir caminhando. Que Deus abençoe a todos.

Obrigado, presidente, pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Agora, chamo à tribuna o nobre deputado Douglas Garcia, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

cO SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu quero aqui, novamente, cumprimentar todos.

Eu apresentei, aqui nas minhas mãos mesmo, um requerimento de informação ao Governo do Estado a respeito do passaporte sanitário, a apresentação do comprovante obrigatório de vacinação para entradas em determinados locais e continuidade de alguns atos da vida civil que foram simplesmente retirados pela população.

Nesse requerimento de informação, eu fiz cinco perguntas bastante objetivas para o governador e ele respondeu, mas respondeu muito mal respondido, a uma só. Está entendendo?

Mas respondeu de forma porca, igual à cara deste Governo. Respondeu, assim, absolutamente de maneira superficial e ainda jogou a culpa numa ADI do Supremo Tribunal Federal, e através também de uma lei aqui que eles colocaram, a Lei nº 13.979, de 2020.

Essas respostas por parte do Governo não foram absolutamente nem um pouco satisfatórias. Primeiro, porque as condições requeridas pelo acórdão do Supremo Tribunal Federal - que aqui ele se referia ao Acórdão nº 6.586 - para a implementação da vacinação compulsória, citadas pelo Sr. Secretário de Saúde, não foram respeitadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Quando a gente fala sobre a Lei nº 13.979, tampouco essa lei traz qualquer tipo de restrição de mobilidade, traz qualquer tipo de retirada dos direitos fundamentais da população - como infelizmente tem sido feito pelo governo do estado e algumas prefeituras - ou restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência em determinados lugares.

Essa lei diz apenas que, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas... Quem “poderão”? Poderão, através dos gestores locais... Determinação da realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas.

Porém, isso não significa que as pessoas tenham que ter os seus direitos... Principalmente restringindo o exercício de certas atividades ou frequência de determinados lugares.

Isso só pode ser feito, como diz a ADI que foi trazida pelo Supremo Tribunal Federal, através de lei, com previsões legais, ou delas decorrentes. Pergunto: existe alguma lei no estado de São Paulo, no município de São Paulo ou em qualquer outro dos 645 municípios do estado de São Paulo, ou alguma lei federal, que restrinja o exercício de atividades ou frequência em determinados lugares? Reposta: não.

Portanto, é absolutamente ilegal a implementação do passaporte vacinal, como tem sido feito por alguns tipos de prefeitos espalhados interiores adentro, e alguns governadores também.

Então, nós precisamos lutar contra isso aqui, com força. E assim: eu fico impressionado com a capacidade que eles têm de mentir em pleno requerimento de informação, dizendo que a apresentação do comprovante de vacina para entrada em determinados locais é, sim, legal, com base na ADI que foi feita pelo Supremo.

Espera aí, vamos dar uma lida aqui nessa ADI. A ADI diz que “tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes”. Não existe nenhum tipo de evidência científica, uma vez que os estudos ainda estão para ser entregues por parte das fabricantes das vacinas. Dois mil e vinte e três, dois mil e lá vai pedrada. Não foram entregues de forma completa.

Dois: “venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicação dos imunizantes”. Se nem eu, que sou deputado estadual, estou conseguindo essas informações, que dirá a população civil em geral. Ninguém é informado de absolutamente nada.

Não existe, na esfera municipal, estadual ou federal, nenhum tipo de banco de dados com relação aos efeitos colaterais que são dados pela vacina. E sequer as contraindicações das próprias fabricantes são levadas à população, ao povo.

Qualquer um que abre a boca para falar sobre contra-indicação ou efeito colateral logo já é visto como negacionista. Você já aparece com uma algema para levar a pessoa para a cadeia. É um verdadeiro absurdo. Portanto, a segunda condição que foi dada pela ADI também não é cumprida.

Terceira: “respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas”. Pelo amor de Deus, o governo do estado está respeitando a dignidade humana? Temos aqui o caso de uma servidora da área da Educação que tem uma mãe com mais de 80 para cuidar, e um filho especial. O salário dela, deputada Janaina Paschoal, está sequestrado. Essa mulher está sem receber salário. Isso é dignidade da pessoa humana?

O governo do estado de São Paulo e algumas prefeituras estão se comportando como se fossem nazistas, procurando a pessoa, se está ou não apresentando passaporte de vacina, o comprovante vacinal, tirando dela os seus direitos mais fundamentais.

E quando questionados por esta Assembleia Legislativa sobre quais são as justificativas para a implementação disso, não respondem; respondem de forma porca, respondem de forma baixa.

E mais: já que a gente está aqui falando de direitos humanos, direitos fundamentais, para vocês que gostam tanto de ouvir as organizações internacionais, está aqui, olha, um parecer da própria Unesco: “a vacinação contra a Covid-19 nunca deve ser uma obrigação incondicional”. Está aqui, senhores.

Não precisa escutar o deputado Douglas Garcia; escutem, pelo menos, o que dizem os órgãos internacionais, escutem o Conselho Federal de Medicina, que é contra a vacinação obrigatória.

Escutem e leiam o que diz a lei, porque não existe absolutamente nenhuma lei, em âmbito municipal, estadual ou federal, que impõe e retira das pessoas o seu direito fundamental de poder circular, de frequentar os lugares, de trabalhar, de receber o seu salário.

E para concluir, Sra. Presidente, eu estou representando o governo do estado, porque a Constituição do Estado de São Paulo diz que quando o requerimento de informação é respondido e, principalmente, respondido dessa forma porca, incorre em crime de responsabilidade, e o governador deixou de responder pelo menos quatro perguntas que eu fiz aqui.

Então, eu estou representando, e eu exijo que o Ministério Público do Estado de São Paulo faça serem cumpridas as prerrogativas do Legislativo Paulista, e o governo venha responder na Justiça pelo crime que tem cometido contra sua população, e nós vamos lutar pela aprovação do PL Bruno Graf, que proíbe essa aberração chamada passaporte sanitário em todos os 645 municípios paulistas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Indago a V. Exa. se fará uso da palavra no Grande Expediente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Não, Sra. Presidente, e, havendo acordo de lideranças, eu gostaria de solicitar o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Um bom final de tarde a todos. Saúde.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 1 minuto.

10 DE JUNHO DE 2022 6ª REUNIÃO

Presidência: CORONEL TELHADA

RESUMO

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 11 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 13/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.

13 DE JUNHO DE 2022 56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

8 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Endossa o pronunciamento do deputado Gil Diniz. Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 14/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde e boa semana a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Imediatamente, passo à leitura dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Janaina Paschoal na Presidência, não farei uso da palavra. Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.)

Encerrada a lista principal, abro a lista suplementar oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Novamente, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia.

Início hoje a minha fala, a minha intervenção na tribuna da Assembleia Legislativa, num clima de indignação, de revolta, em relação ao anúncio, feito agora, pela família do jornalista correspondente do Jornal “The Guardian”, da morte do Dom Phillips, e também do Bruno Nogueira, que estavam desaparecidos na Floresta Amazônica há mais de uma semana.

A família foi informada que os corpos foram achados, e foram assassinados. Assassinados num verdadeiro crime cruel, hediondo, covarde. Na nossa opinião, não há dúvidas que esse crime hediondo tem a ver com o que está acontecendo na Amazônia.

Primeiro, com o desmonte dos órgãos de controle: da Funai, da Polícia Federal naquela região, do Instituto Chico Mendes, que são os órgãos que fiscalizam as milícias da madeira ilegal, do garimpo ilegal, das invasões ilegais, dos grandes grupos econômicos e latifundiários da região, dos desmatadores. Existem várias milícias, sobretudo, do tráfico de drogas naquela região.

Tanto o Dom Phillips como o Bruno eram militantes em defesa da Floresta Amazônica, em defesa das comunidades indígenas e ribeirinhas, prestando um grande serviço na defesa do meio ambiente e das pessoas que vivem lá. Foram vítimas, com certeza, dessas milícias, que estão sendo favorecidas pelo desmonte dos órgãos de controle, desmonte patrocinado pelo governo Bolsonaro. Não só o desmonte, como também a instrumentalização desses órgãos, que já foram denunciados exaustivamente.

Até mesmo o ex-ministro Moro, da Justiça, denunciou a instrumentalização da Polícia Federal. Não há dúvidas em relação a isso: desse desmonte e da instrumentalização, para facilitar, logicamente, que essas milícias, que esses grupos, inclusive armados, façam a garimpagem ilegal das terras indígenas, o desmatamento, o tráfico de drogas. Então, é disso que se trata.

Agora, nós exigimos providências imediatas: que haja uma rigorosa apuração e os culpados sejam punidos com todo o rigor da lei. Não só quem executou, mas quem mandou também.

Então, para nós, trata-se realmente de um crime cruel, perverso, mas sobretudo também de um crime político, de perseguição a quem defende o meio ambiente no Brasil, a ambientalistas.

E o Brasil pontua entre um dos países que mais matam os defensores dos direitos humanos e também do meio ambiente.